

PERMANÊNCIAS RURAIS NO ESPAÇO URBANO: CIDADE, NATUREZA E SOCIEDADE EM SÃO PAULO A PARTIR DOS QUINTAIS POPULARES

Bianca Melzi de Domenicis Lucchesi¹

Resumo: Analisando instrumentos, sujeitos e processos que construíram a paisagem e o cotidiano de São Paulo no final do século XIX, este trabalho pretende mostrar como a cidade reunia aspectos rurais e urbanos num momento em que o aumento populacional, a importância econômica e a infraestrutura técnica advindos com o café transformaram a dinâmica da capital. A delimitação territorial, a paisagem citadina, o cultivo e comercialização de plantas e animais, entre outros aspectos fazem de São Paulo, mais do que um espaço de embate, um espaço de sincretismo entre as experiências urbanas e rurais. A pesquisa histórica contribui, portanto, para desvendar as imagens e identidades construídas para a capital paulista, considerando seus aspectos rurais e ambientais. Dentro do aporte urbano que configura São Paulo no início do século XX, será destacada a relação dos quintais com as vivências rurais paulistanas, influenciando na dinâmica econômica, social e paisagística da cidade. O sincretismo entre urbano e rural pode ser observado com maior destaque e profundidade nos quintais das casas e chácaras paulistanas, onde pomares, jardins, hortas, criação de animais, ofícios de cozinha e trabalho formam um cotidiano de sustento e abastecimento aos habitantes da cidade. Nesse sentido, os quintais se apresentam como espaço onde se pode pensar a relação entre sociedade e natureza dentro da metrópole através da multiplicidade de cores, alimentos e nacionalidades que ali sociabilizam diariamente.

Palavras-chave: quintal; urbano; rural.

RURAL STAYS IN THE URBAN SPACE: CITY, NATURE AND SOCIETY IN SÃO PAULO FROM POPULAR BACKYARDS

Resume: Analyzing instruments, subjects and processes that build the landscape and daily life of São Paulo at the end of the 19th century, this work intends to show how the city brought together rural and urban aspects at a time when the population increase, the economic importance and the technical infrastructure arising with coffee they transform the dynamics of the capital. The territorial delimitation, the city landscape, the cultivation and commercialization of plants and animals, among other aspects,

¹ Doutoranda em História Social. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0623257739504995>. E-mail: bia_md@hotmail.com.

make São Paulo, more than a space for conflict, a space for syncretism between urban and rural experiences. Historical research therefore contributes to unveiling the images and identities built for the city of São Paulo, considering its rural and environmental aspects. Within the urban contribution that characterizes São Paulo at the beginning of the 20th century, the relationship between backyards and rural experiences in São Paulo will be highlighted, influencing the economic, social and landscape dynamics of the city. The syncretism between urban and rural can be observed with greater prominence and depth in the backyards of houses and farms in São Paulo, where orchards, gardens, vegetable gardens, animal husbandry, cooking and work activities form a daily basis for sustenance and supply to the inhabitants of the city. In this sense, backyards present themselves as a space where one can think about the relationship between society and nature within the metropolis through the multiplicity of colors, foods and nationalities that socialize there daily.

Key-words: backyard; urban; rural.

Paisagem e funcionalidade em São Paulo no século final do século XIX e início do XX.

A partir da segunda metade do século XIX, a cidade de São Paulo passa por transformações estruturais e paisagísticas oriundas do aumento populacional que se dá no mesmo período. O café produzido entre 1850 e 1860 ganha cada vez mais adeptos no mercado internacional, proporcionando não só o aumento da área paulista de cultivo, como mudanças em diversos setores que influenciam e são influenciados pelo sucesso da cafeicultura. O destaque agroexportador fez da capital paulista um centro financeiro que, como tal, deveria desvencilhar-se das antigas estruturas coloniais.² Nesse sentido, São Paulo experiencia a partir 1870 uma série de avanços técnicos advindos do café, como a construção dos caminhos de ferro e o loteamento de chácaras localizadas nos arredores paulistanos.³ O aumento populacional também é uma consequência deste

2 CAMPOS, Cristina de. A cidade salubre e bela: propostas e planos de saneamento para a capital paulista no século XIX. In: JORGE, Janes (org). *Cidades Paulistas: estudos de história ambiental urbana*. São Paulo: Alameda, 2015. p. 20.

3 Além disso, o “burgo estudantil” que caracterizava São Paulo em meados da década de 1870, trouxe fatores de prosperidade à cidade como o estabelecimento de hotéis, cafés e casas de diversão. PORTO, Antônio Rodrigues. *História urbanística da cidade de São Paulo (1554-1988)*. São Paulo: Carthago & Forte, 1992. p. 78.

movimento e se expressa na vinda de ex-escravizados, imigrantes e fazendeiros que estabelecem residência na cidade, bem como na ocupação da população pobre, operária, de trabalhadores autônomos nas áreas próximas ao centro de São Paulo. Tal movimento foi algo crescente neste período e contribuiu para que as características urbanas tomassem cada vez mais espaço na capital. Os melhoramentos urbanos ligados à cafeicultura possuíam forte apelo estético, mas além de modernizar os serviços e a paisagem paulistana, pretendiam também tornar mais eficiente as condições de salubridade.

Neste contexto, o cenário paulistano começa um processo de mudança que mistura urbano e rural em suas ruas e também em seus espaços privados ou domésticos, incluindo os quintais. O quintal separa os lugares de residência e produção dentro da moradia em função, principalmente, da presença de elementos representativos da esfera urbana e rural que o compõe.⁴ Historicamente, os quintais foram ligados às atividades de uma sociedade agrícola que, transladada para o meio urbano, reproduziu ali práticas rurais referentes, principalmente, à alimentação. Até a metade do século XX, era muito comum nos quintais a criação de animais com intuito de complementar as refeições. Não só animais, mas também frutas, verduras e tubérculos eram cultivados nos quintais paulistanos, dando um teor caipira à metrópole.⁵ Assim, os quintais se apresentam como lugar onde se pode pensar a relação sociedade-natureza dentro do espaço urbano, ainda que a própria historiografia referente à cidade por vezes não contemple este universo rural que abasteceu e movimentou a cidade até a segunda metade do século XIX e cujas reminiscências atravessaram todo o século XX.

4 TOURINHO, Helena Lucia Zagury; SILVA, Maria Goreti Costa Arapiraca da. Quintais urbanos: funções e papeis na casa brasileira e amazônica. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*. Vol. 11, n. 3, p. 633-651, set-dez. 2016, p. 635.

5 RODRIGUES, Jaime. *Alimentação, vida material e privacidade – Uma história social de trabalhadores em São Paulo nas décadas de 1920 à 1960*. São Paulo: Alameda, 2011. p. 186.

Os quintais urbanos, apesar de menores, possuíam espaço para alguma árvore frutífera e criação doméstica de animais, além de terem, em geral, uma construção ao longo do muro servindo como depósito, despensa ou galinheiro.⁶ Toda casa deveria ter espaço livre de circulação e iluminação, de acordo com os preceitos higienistas. Este espaço está associado normalmente ao fundo do lote, mas no final do século XIX, esta era uma área comumente destinada a algum tipo de cultivo ou criação rural. Pensando a construção e reinvenção da cidade enquanto processo, tais práticas não foram abolidas com a urbanização intensa que se desenvolveu no século seguinte ou com as leis que paulatinamente diminuíram a presença animal nas ruas e nos lares paulistanos, tornando coexistentes práticas de tempos distintos que acabaram por caracterizar este tempo da cidade. Aos poucos, o estábulo deu lugar à garagem, a varanda dentro de casa à sala de jantar e o quintal destinado a hortas ou criação de animais deixou de ter esta exclusividade, mas sem que a população deixasse de lado a prática do plantio de árvores frutíferas.⁷

Não só por uma questão estrutural, mas também a forma como os quintais influenciam na sociabilidade de seus moradores e na dinâmica da cidade em transformação, faz com que questões ambientais e urbanas estejam presentes na análise dos documentos e no desenrolar deste estudo que se debruça sobre os quintais. Os dois campos de análise – história ambiental e urbana - unem-se na cidade através dos saberes técnicos, projeto e forças políticas que buscam uma cidade mais moderna e salubre. Para Cerasoli, é justamente a dimensão política tensa e participativa por trás

6 LEMOS, Carlos. *Cozinhas, etc.* São Paulo: Perspectiva, 1978. p. 69.

7 GENNARI, Luciana Alem. O lugar da casa na Belle Époque carioca. In: LIRA, Tavares Correia de, NASCIMENTO, Flávia Brito do, RUBINO, Silvana Barbosa, SILVA, Joana Mello de Carvalho e (org.). *Domesticidade, Gênero e Cultura Material*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017. p. 144.

das intervenções técnicas que garantem a existência da chamada *história ambiental urbana*.⁸

Pensando primeiramente a estrutura pública de locomoção, algumas realizações contribuíram para a transformação do espaço citadino, como por exemplo, os transportes de via fluvial que foram perdendo força no transcorrer do século XIX – especialmente após a retificação do Tamanduateí promovida pelo engenheiro Bresser em 1849 e a instalação da primeira linha férrea na mesma época – dando lugar às comunicações terrestres, que passaram a ser a principal opção de fruição na cidade de São Paulo. No Brás, Anhangabaú e Santa Ifigênia, onde antes havia apenas chácaras com plantações de hortaliças, frutas e chás, começa a abertura de ruas públicas, mas ainda com feições de estradas, contendo casas muito isoladas e normalmente destinadas à população pobre ou repúblicas estudantis. Na década de 1870, o urbano ultrapassa o traçado geográfico do triângulo. Entram no alinhamento bairros industriais como Brás e Mooca, áreas antes tidas como adjacentes onde predominavam chácaras e edificações irregulares. Alargar e alinhar o traçado dos caminhos agrega áreas rurais ao urbano no processo de transformação da paisagem e das funções da cidade, unindo os sentidos de belo e prático do modelo progressista de urbanismo elucidado por François Choay.⁹ Colaboram para este cenário o abastecimento à gás e posteriormente elétrico, rede de esgoto e outras obras de infraestrutura em desenvolvimento neste período. Esse movimento transitório de composição da cidade engloba também o fluxo de pessoas e se evidencia na agitação da área do triângulo, com grande circulação de comerciantes e transeuntes,

8 CERASOLI, Josianne F. Seres Urbanos: salubridade e política em São Paulo. In. JORGE, Janes (org). *Cidades Paulistas: estudos de história ambiental urbana*. São Paulo: Alameda, 2015. p. 160.

⁹ CHOAY, Françoise. *A regra e o modelo – Sobre a teoria da arquitetura e urbanismo*. São Paulo: Perspectiva, 2010.

além do aparecimento do bonde e depois de carros que por ali também circulam.¹⁰

Apesar de grandes e significativas, as mudanças estéticas e culturais são gradativas na cidade. Até 1872, muitas chácaras mantiveram-se em pé nos bairros de Santa Ifigênia, Bom Retiro, Brás, Consolação, Liberdade, Cambuci, Mooca, Pari, Barra Funda, Água Branca, Higienópolis e Vila Buarque.¹¹ No início do período cafeeiro, morar em grandes residências isoladas significava morar em chácaras. Mesmo na parte “nova” da cidade, região entre os bairros da Luz e Santa Ifigênia, a opção da classe alta eram os casarões neoclássicos, muitas vezes sem nenhum jardim lateral, apenas quintais arborizados. Um dos pioneiros na construção de palacetes isolados foi o segundo Barão de Piracicaba, que na década de 1860 construiu sua suntuosa moradia na Rua Brigadeiro Tobias.¹²

A natureza presente na São Paulo de fins do XIX foi em certo ponto registrada nas memórias de Afonso Schmidt:

“Da Rua Bresser para cima escasseavam as casas. Surgiam as chácaras tradicionais, grandes como sítios. E ali pelo Tatuapé era campo. Até a Penha, os trens da Central cortavam capoeiras, bosques e riachos. Na Quarta e na Quinta Parada, só havia barba-de-bode e cupim.”¹³

A imagem da cidade de São Paulo mescla natureza e urbanidade ressaltando a capacidade e habilidade de transformação da paisagem por seus habitantes, expressa na abertura de bairros, caminhos e superação de

¹⁰ BRESCIANI, Maria Stella. Imagens de São Paulo: estética e cidadania. In: FERREIRA, Antonio Celso; LUCA, Tania Regina de; IOKOI, Zilda (orgs.). *Encontros com a História. Percursos históricos e historiografia de São Paulo*. São Paulo: Unesp, 1999, p. 11-45. p. 29.

¹¹ BRUNO, Ernani Silva. História e tradições da cidade de São Paulo. Vol. II – Burgo de Estudantes (1828-1872). Hucitec: São Paulo, 1984. p. 576.

¹² LEMOS, Carlos A. C. *Alvenaria burguesa: breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café*. São Paulo: Nobel, 1989. p. 122.

¹³ SCHMIDT, Afonso. *São Paulo de meus amores*. São Paulo: Clube do Livro São Paulo, 1954. p. 9.

obstáculos. A reformulação e aumento do Jardim da Luz traz em si a preocupação sanitária presente em todos os projetos de praças e jardins da cidade: a necessidade de purificar o ar e permitir a abertura de espaço para sua livre circulação.

Figura 1: Jardim da Luz - Gaensly, Guilherme (1902). Brasileira fotográfica.



Fonte: Acervo fotográfico da Biblioteca Nacional.

Acrescida a esta funcionalidade, está a beleza da arborização, a intenção de fazer do Jardim da Luz não apenas um lugar necessário aos pulmões, mas um lugar bonito aos olhos, aprazível, que confira ao centro um aspecto natural e belo. O Jardim da Luz foi concebido, em 1779, para ser o Jardim Botânico da cidade. Depois de perder sua função original (aclimatar plantas para fins econômicos), ele foi restaurado e reaberto em 1835, sendo declarado jardim público em 1838. Embora tenha existido a tentativa de

reaproveitar o espaço para cultura de plantas úteis, o Jardim da Luz consolidou nos anos finais do século XIX e iniciais do XX, sua função de promover lazer e descanso à população paulistana. A criação da Estação da Luz, em 1901, reforçou este papel. O Jardim não era só ponto de passagem, era ponto de encontro. A área até então considerada nobre na cidade promovia status à natureza do Jardim da Luz, um espaço de “vida sadia e limpa”, onde a beleza natural unia-se às pessoas bem trajadas que por ali caminhavam.¹⁴

A dupla função das árvores na construção da cidade – estética e salubre – e sua importância para a população era debatida na Câmara, conforme documento encaminhado à Intendência Municipal por Pedro Augusto Gomes Cardim em 27 de julho de 1897, em que o vereador solicita mudança de guias para melhor arborização no bairro do Pacaembu e freguesia da Consolação. “(...) Tendo o maior empenho em conservar a arborização d’aquellas ruas (...)”, Gomes Cardim justifica a importância de seu pedido referente à arborização “(...) que tão necessária é para o público, não só pela salubridade como pelo bom gosto e comodidade do mesmo público.”¹⁵

O valor higiênico e moral dos jardins são afirmados por Backheuser: segundo o engenheiro, o oxigênio produzido pelas folhas purifica e refrigera o clima. Ao mesmo tempo, pelo lado moral, a família que possui jardim próximo de casa garante “esse gratuito divertimento de um passeio à tarde, convidativo para o pai, que só assim não irá buscar na taverna ou longe do lar as alegrias necessárias ao seu espírito.”¹⁶ Nesse sentido, a jardinagem

14 PRESTES, Maria Elice Brzezinski. O século dos jardins. In. MARTINEZ, Paulo Henrique (org.). *História ambiental paulista: temas, fontes, métodos*. São Paulo: SENAC, 2007. p. 145.

15 Arquivo Histórico Municipal – Fundo Intendência Municipal – Grupo Obres – Série Obras Públicas, 27/07/1897.

16 Backheuser sugere ainda que as vilas operárias providenciem um espaço destinado a um parque para convivência dos moradores. BACKHEUSER, Everardo. *Habitações Populares*. Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. J. J. Seabra, Ministro da Justiça e Negócios Interiores. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1906. p. 9.

funciona como um “operador de domesticação”. A expressão usada por Beguin se refere à domesticação do homem e suas práticas cotidianas – ligadas à higiene, vida familiar, sexualidade – através de novos aparelhos de domesticação dos fluidos, como ar, água e luz.¹⁷ Seja nos parques públicos ou nos quintais, a ideia de vida ao ar livre contida na domesticação da natureza em meio urbano, mistura cura, divertimento, educação e saúde. A interferência das frutas, ervas, flores, vento, luminosidade e calor solar nos hábitos dos ocupantes de um espaço ao ar livre, reflete na saúde e bem estar dos sujeitos.¹⁸ Passeios de bicicleta, prática de esportes, desfrutar de um passeio com pique nique, são atividades ao ar livre que condicionam não só a saúde e a satisfação, mas o destino moralizado dado ao tempo ocioso dos trabalhadores¹⁹, garante-lhes um afastamento do “peso” do trabalho, do ritmo da cidade, sem que seja necessário recorrer a algum vício. O parque, jardim ou pomar que através da sua parcela de vegetação garante o frescor da brisa, domesticando o ar, também garante a diversão da família, domesticando as atividades humanas.

Os limites entre urbano e rural, antes bem definidos, tornam-se menos nítidos. O que ocorre não é uma “tomada” do urbano, quase num sentido imperialista, sobre as áreas rurais de São Paulo, mas um hibridismo que permite ao progresso vigorar na cidade através de costumes e modos de sobrevivência construídos na ruralidade.²⁰ O memorialista Moreira Pinto, por

17 BEGUIN, François. “As maquinarias inglesas do conforto.” In: *Espaço & Debate*, nº 34, 1991. p. 53.

18 SOARES, Carmen Lúcia. Três notas sobre natureza, educação do corpo e ordem urbana (1900-1940). In: SOARES, Carmen Lúcia (org). *Uma educação pela natureza: a vida ao ar livre, o corpo e a ordem urbana*. Campinas: Autores Associados, 2016. p. 17.

19 Ainda que, conforme pontuado por Soares, estas atividades, muitas vezes elitistas como no caso do remo ou canoagem, coabitem um ambiente de natureza mais rude, “o mundo rural considerado como fonte de mazelas”. Ibidem, p. 21.

20 Amílcar Torrão Filho destaca uma ideia destrutora da natureza formulada por ambientalistas e historiadores. Nesse sentido, o crescimento urbano seria uma doença que ataca a natureza “sã e indefesa”. Essa visão antiurbana atribui um papel maléfico às cidades, que degradam o meio ambiente e as relações sociais e humanas que ali acontecem. Assim, a destruição do ambiente torna-se característica inerente às sociedades urbanizadas e industrializadas. O historiador ressalta que o caráter “natural” da natureza é na verdade uma

exemplo, relembra a Várzea do Carmo como espaço de caçada de cabritos nos anos 1900.²¹ No Chá e em outras áreas muito próximas ao centro, ainda era costume na segunda metade do XIX, caçar perdizes e cabritos. O mesmo acontecia nos campos do Bexiga, onde existiam muitas chácaras.

De acordo com Ernani Silva Bruno, a expansão da área urbana da cidade desenvolveu-se apenas em algumas direções, de modo que áreas de mata e chácaras permaneceram encostadas ao núcleo central,²² prolongando hábitos e situações típicas da cidade rural.

Figura 2: Vale do Anhangabaú – vista do bairro da Bela Vista, a partir do Viaduto do Chá. Pastore, Vincenzo (1911).



Fonte: Brasileira fotográfica. Acervo fotográfico do Instituto Moreira Sales.

construção histórica pautada na ausência de “civilização”. Os conquistadores da América, por exemplo, ao descreverem a paisagem do Novo Mundo tinham por filtro e parâmetro sua própria sensibilidade e linguagem historicamente construídas. TORRÃO FILHO, Amílcar. A cidade como redenção: natureza e cultura nos Campos de Piratininga. In. MARTINEZ, Paulo Henrique (org.). *História ambiental paulista: temas, fontes, métodos*. São Paulo: SENAC, 2007. p. 48-50.

²¹ Ibidem, p. 18

²² BRUNO, Ernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. Vol. II – Burgo de Estudantes (1828-1872). Hucitec: São Paulo, 1984. p. 556.

A geração que vivenciou a proclamação da República no Brasil, o despertar da industrialização, a chegada dos trabalhadores estrangeiros, a abertura de cafés e confeitarias, a criação da linha telefônica, entre outras experiências que vislumbram o progresso, também é a geração das mangueiras e goiabeiras presentes nos quintais, do barulho de cavalos trotando nas ruas, dos “pregões” de vendedores ambulantes.²³ Os quintais traziam exemplares singulares da presença rural na capital paulista, como a presença de sapos destacada por Antonio Egydio Martin a partir de um trecho da *Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes*, publicada em 1903:

As noites eram, pois, trevosas, quando não havia lua, acontecendo algumas vezes pisar-se em sapos, que, ocultos durante o dia nos quintais, de noite vinham para a rua tratar da vida, saindo pelos canos de esgotos das águas pluviais. Miríades desses batráquios povoavam o Anhangabaú e, do outro lado, o Tamanduateí. E os charcos de suas várzeas, e quem, nas noites de calor, estacionasse nas pontes do Lorena, Acu e do Carmo, ouvia sua tristonha e variegada orquestra, não sem encanto para quem é propenso à melancolia.²⁴

Os ruídos dos animais no quintal são evidenciados no registro de outro memorialista, Afonso Schmidt, que referencia os barulhos da cidade ao tempo percorrido ao longo do dia. Nesta analogia, os “barulhos” rurais sobressaem ao cair da noite. Conforme descrito por Schmidt: “Quando ela [Dona Senhorinha] dormia, além desses descantes vadios, embalavam-na a orquestra cigana de rãs, dos grilos, do vento da várzea a assobiar nos beirais e o miudar dos galos, que ainda os havia gordos e líricos em todos os quintais.”

25

23 TOURINHO, Helena Lucia Zagury; SILVA, Maria Goreti Costa Arapiraca da. Quintais urbanos: funções e papeis na casa brasileira e amazônica. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*. Vol. 11, n. 3, p. 633-651, set-dez. 2016, p. 643.

24 MARTINS, Antonio Egydio. *São Paulo antigo (1554-1990)*. São Paulo: Paz e Terra, 2003. p. 454.

25 SCHMIDT, Afonso. *São Paulo de meus amores*. São Paulo: Clube do Livro São Paulo, 1954. p. 99.

Outras permanências rurais são notadas entre os costumes que formam o cotidiano paulistano nessa época. Os rios paulistanos sempre foram fartos em peixes, de modo que os indígenas que viviam às margens do Tietê e seus afluentes, desenvolveram técnicas de pesca utilizando uma planta chamada timbó, que uma vez na água, atordoava os peixes deixando-os mais vulneráveis à captura. Esta técnica perdurou nas atividades de pesca praticadas nas várzeas paulistanas até o início do século XX. Uma prática colonial de obtenção de água era a utilização de plantas como o caraguatá, presente na Mata Atlântica, tal estratégia perdurou durante todo o século XIX entre a população das várzeas.²⁶ Para além da manutenção de costumes, o rural permanece até o final do século XIX por necessidades básicas de abastecimento da população paulistana. Os gêneros alimentícios vendidos na Rua das Casinhas e na Rua da Quitanda pertenciam a roceiros que vinham ao centro da cidade comercializar a produção de suas chácaras.²⁷ O local foi importante referência de compra mesmo após a criação do Mercado, enraizando no centro da cidade produtos, cores e cheiros naturais oriundos de quintais e chácaras. A sensação de ruralidade trazida pelos elementos ofertados na Rua das Casinhas é registrada nas memórias de Antonio Egydio Martins:

A Rua das Casinhas foi, desde princípios do século XIX, o lugar destinado pela Câmara para nele se estacionarem as quitandeiras de verduras, legumes, leite, aves e ovos, os quais eram expostos à venda no passeio da mesma rua, a qual, todas as manhãs, enchia-se de muitas pessoas com o fim de comprarem o que desejavam, sendo que, desde 1890, ano em que se inaugurou o Mercado de São João, deixou de se realizar na referida rua, (...) ficando na Rua das Casinhas negociando esse gênero de comércio, somente Mme. Bresser, que possuía no Bairro do Brás uma grande chácara e residia no prédio de sobrado da referida rua nº5, e algumas outras quitandeiras, em

26 JORGE, Janes. *À procura de um reencontro: o Tietê e os moradores de São Paulo*. In: MARTINEZ, Paulo Henrique (org.). *História ambiental paulista: temas, fontes, métodos*. São Paulo: SENAC, 2007. p. 75.

27 CAMARGO, Isabela do Carmo. *Entre cestos e pregões: os trabalhadores ambulantes na cidade de São Paulo 1890-1910*. Dissertação de Mestrado em História Social. PUC-SP, 2013. p. 52.

pequeno número, que expunham as suas verduras, legumes, frutas, etc., no corredor das casas daquela rua.²⁸

Voltada ao comércio mais específico de animais, a Rua Quintino Bocaiúva resguardava a atmosfera rural na cidade através dos sons e odores provocados pelos gêneros ali comercializados. Contrariando a ideia de incômodo ou atraso, Afonso Schmidt relata de forma romântica estas peculiaridades, descrevendo como “deliciosamente rústico” o ar que se manifestava ali. De acordo com o memorialista:

(...) a Rua Quintino Bocaiúva, bem modificada nestes últimos anos, ainda merece o nome de Rua dos Galinheiros. Essa via pública é estreita e comprida, ladeada de casas geralmente construídas no século passado. Ela foi preferida pelos mercadores de galinhas de raça ou, então, de ovos, de pintos, de passarinhos, de cachorros, de gatos, enfim, de toda a bicharada caseira que faz a felicidade do homem. Muita gente, não podendo passar alguns dias de férias no Interior, para retemperar as forças na existência bucólica das fazendas, desaperta para a esquerda fazendo diariamente o seu trajeto pela Rua Quintino Bocaiúva. (...) Quando o sol bate de rijo sobre aquelas gaiolas, aqueles caixões, de grade, aquelas chocadeiras, até dá pena. (...) Então é que a Rua Quintino Bocaiúva parece mesmo uma fazenda, das mais antigas, pelo clamor dos animais que lá se encontram expostos, pelo cheiro bem rural que deles se desprende ao calor do sol. Às vezes, na hora de maior movimento, a gente vai passando pela Rua Direita e escuta um evocativo amiudar de galos. Uns transeuntes param, outros caminham mais apressados. Será que estamos em Itapeirica? Não. Aquele escândalo – o canto dos galos – deu-se ali mesmo, na Rua Quintino Bocaiúva.²⁹

Dada a realidade plural de construção da urbe paulistana, tanto do ponto de vista material quando da diversidade de seus moradores e

28 MARTINS, Antonio Egydio. *São Paulo antigo (1554-1990)*. São Paulo: Paz e Terra, 2003. p. 200.

29 SCHMIDT, Afonso. *São Paulo de meus amores*. São Paulo: Clube do Livro São Paulo, 1954. p. 157 e 158.

transeuntes, torna-se importante problematizar socialmente em que medida ocorre essa “mistura” entre urbano e rural na capital. Os espaços da cidade que ultrapassam o centro urbano apresentam-se populosos, mas pouco integrados ao núcleo central, como se a cidade ignorasse ou quisesse esconder sua expansão.³⁰ Isso porque, apesar de necessário, o rural representa um incômodo para a cidade que dá boas vindas ao progresso, às linhas férreas, aos barões do café, à indústria e ao trabalhador branco. Para fora do Triângulo, há uma realidade social que sustenta a cidade, mas que é indesejável à sua imagem: os habitantes dos cortiços e das várzeas que circundam o centro fornecem alimento e roupa limpa para a cidade, mas sua informalidade, sua insalubridade e muitas vezes seus vícios e maneira promíscua de morar, devem ser apartados da paisagem e da identidade paulistana.

Num relatório de Washington Luís expedido em 1916, a composição natural da várzea é associada ao lugar das classes perigosas ou indesejadas, sendo usada também como metáfora, conforme o excerto a seguir:

“É aí que, protegida pelas depressões do terreno, pelas voltas e banquetes do Tamanduateí, pelas arcadas das pontes, pela vegetação das moitas, pela ausência de iluminação se reúne e dorme (...), numa promiscuidade nojosa, composta de negros e vagabundos, de negras edemaciadas pela embriaguez habitual, de uma mestiçagem viciosa, de restos inomináveis e vencidos de todas as nacionalidades, em todas as cidades, todos perigosos...Era aí que, quando a polícia fazia o expurgo da cidade, encontrava a mais farta colheita.”³¹

30 BRESCIANI, Maria Stella. Imagens de São Paulo: estética e cidadania. In: FERREIRA, Antonio Celso; LUCA, Tania Regina de; IOKOI, Zilda (orgs.). *Encontros com a História. Percursos históricos e historiografia de São Paulo*. São Paulo: Unesp, 1999, p. 11-45. p. 18.

31 Relatório de Washington Luís, 1916. Apud Maria Luiza Ferreira de Oliveira, *Entre a casa e o armazém: relações sociais e experiência da urbanização: São Paulo, 1850-1900*, 2005, p. 73

Aqui a ruralidade paulistana em eu sentido campestre e rústico, presente nos elementos da fauna e flora, deixa de ser romantizada. Numa metáfora social, o rural esconde o incivilizado na obscuridade natural descrita por Washington Luís. Este deixa claro em sua fala quem são as “ervas-daninhas” que a polícia precisa colher para manter o bom funcionamento da sociedade que cultiva com tanto esmero.

Mas era da várzea que vinha o sustento da classe pobre. Além das lavadeiras que na beira do rio desempenhavam sua função, a várzea provia à população capim, peixe e lenha cotidianamente e estava cercada por casas e ambulantes ligados ao comércio. Ponto de passagem para os que iam em direção ao Brás ou às chácaras dos arredores da cidade, a região era muito movimentada e mantinha intensa interação com a natureza. Cerasoli aponta para a importância do viés político para a concepção de uma história ambiental urbana, apresentando a necessidade de pensarmos o humano não só como um ser biológico e social, mas também como um ser político, pois é nesta dimensão que se faz uma abordagem do ambiente urbano considerando suas tensas relações.³² É através deste olhar que destaco a atuação de vendedores ambulantes e lavadeiras que, através do quintal e em meio a debates com a oficialidade, obtém recursos naturais que influenciam no cotidiano urbano, promovendo seu próprio sustento e atendendo às demandas de serviço e abastecimento dos demais habitantes da cidade.

32 CERASOLI, Josianne F. Seres Urbanos: salubridade e política em São Paulo. In. JORGE, Janes (org). *Cidades Paulistas: estudos de história ambiental urbana*. São Paulo: Alameda, 2015. p. 141.

Figura3: Lavadeiras às margens do rio Tamanduateí – Marc Ferrez, 1890



Fonte: Caderno de Fotografia Brasileira – Instituto Moreira Salles, 2004, p. 79

Ainda sobre este incômodo desencadeado pela várzea e seus frequentadores, ao proferir a necessidade de saneamento dessa região em seu relatório de 1916, Washington Luís se refere a um saneamento que Maria Luiza Ferreira de Oliveira chama de “total”, para proteger o paulistano não só das doenças, mas dos vícios recorrentes na população que frequentava a várzea. As vozes que bradavam pela inclusão da várzea no planejamento urbano estavam mais interessadas num efeito de aburguesamento do local³³ do que na melhoria das condições de vida dos habitantes, que

33 OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira. Entre a casa e o armazém. Relações sociais e experiência da urbanização – São Paulo, (1850-1900). São Paulo: Alameda, 2005. p. 76.

representavam tanto perigo quanto os resíduos tóxicos proeminentes do lixo ali despejado.

O final do século XIX é um momento conflitante do ponto de vista da representação da cidade, devido aos intensos processos de mudança em torno da urbanização, do aumento populacional, da infraestrutura citadina, das vivências e significados dados à rua, à habitação, ao trabalho. Segundo Oliveira, as obras na várzea e a criação do sistema de esgotos firmado pela Companhia Cantareira em 1877 são indícios de mudanças significativas na cidade, representam a reorganização do espaço em detrimento das formas tradicionais herdadas do período colonial e apontando para uma nova era direcionada pelos preceitos de higiene, estética e circulação.³⁴ Também os movimentos como a criação de novos bairros e as cotidianas demolições – que mostravam o obsoleto e o indesejável diante do “progresso” – contribuíam para que, aos poucos, as referências da cidade fossem perdidas ou substituídas. As ruas são um local de velocidade, transição, e o tempo no espaço foi dividido em grandes blocos: lar, trabalho, trajeto de ida e volta na rua e tempo de lazer. “Qualquer personagem fora do espaço e do tempo previstos era marginal”.³⁵ O comportamento dos cidadãos, assim como o espaço da cidade, precisavam ser reformulados para que São Paulo abrigasse o sucesso do café e o crescimento da indústria, acolhendo com distinção, a elite que se desenvolvia junto com estas atividades econômicas e os braços que a faziam funcionar. Os sinais de mudança apontados alertavam para uma nova dinâmica da cidade e para os atores que deveriam permanecer ou sair de cena. O trabalho das lavadeiras realizado ao ar livre nas margens do rio seria substituído pelo serviço de lavanderia, eliminando ao mesmo tempo a presença de resíduos oriundos da lavagem e

34 Ibidem, p. 20.

35 Ibidem, p. 85.

as personagens antiestéticas e barulhentas que “enfejavam” aquele ambiente natural.

Comércio ambulante: o quintal traz ruralidade e natureza às ruas de São Paulo

Ao tratar da permanência rural no espaço metropolitano paulista e a maneira como os quintais influenciam neste processo, não se pode desconsiderar as estratégias populares de abastecimento alimentício. No final do século XIX e já adentrando os anos iniciais do XX, era muito comum a presença de vendedores ambulantes que tiravam seu sustento da produção em seus próprios quintais. Os quintais, principalmente de sítios e chácaras nos arredores da cidade, forneciam gêneros alimentícios aos paulistanos e permitiam que sujeitos como “caipiras” e “pretas de tabuleiro” ocupassem a cena urbana vendendo sua pequena produção de quitutes, frutas, verduras, ovos, leite, ervas, etc.³⁶

36 CAMARGO, Isabela do Carmo. *Entre cestos e pregões: os trabalhadores ambulantes na cidade de São Paulo 1890-1910*. Dissertação de Mestrado em História Social. PUC-SP, 2013. p. 25.

Figura4: Comércio em frente ao Teatro Municipal - Pastore, Vicenzo (1910).



Fonte: Brasileira fotográfica. Acervo fotográfico do Instituto Moreira Sales.

No final do século XIX, a comercialização de gêneros alimentícios dos pequenos sítios ficou a cargo, principalmente, de imigrantes italianas e portuguesas que alugavam quartos de molhados na cidade ou chegavam com suas carroças abastecidas de uva, leite, manteiga, lenha e carvão. Sua presença remodelou o espaço urbano destinado ao abastecimento e sobrevivência vinculados à atividade comercial das camadas populares.³⁷ Nesta remodelação, as casinhas e carroças faziam-se mais presentes,

37 Quanto à estruturação da pobreza e desemprego que se encaminhava desde o período colonial, não se notam rupturas: poucas mulheres negras foram absorvidas pela urbanização e industrialização da cidade senão de modo informal. Sua mão de obra não era aceita nas fábricas e empreendimentos comerciais do centro. Assim, no correr da segunda metade do XIX "surgiram novos bairros de mulheres pobres, nos limites de retaguarda do espaço urbano, no Brás, Belenzinho, Bom Retiro, Cambuci...onde recomeçaram sua faina de sobrevivência, à margem do poder e ausentes da história." DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 244.

enquanto as mulheres carregando cestos e exibindo pequena quantidade de mercadoria sobre seus lenços, passaram a utilizar os limites do perímetro urbano para exercerem seu ganha-pão longe dos fiscais. Não obstante, a chegada das carroças de grande porte e a multiplicação de casinhas de quitanda, não significou que o comércio ambulante proveniente do excedente de quintais de várzea tivesse cessado nas ruas centrais.

O processo de imigração que ocorre na cidade de São Paulo no final do século XIX e início do XX aumentou o número de trabalhadores ligados à atividade ambulante, muitos imigrantes que moravam em chácaras viviam da venda de seus produtos hortifrutigranjeiros. Entre as colônias estrangeiras que praticavam a atividade, ganharam destaque os alemães da Vila Mariana, que abasteciam a classe média com suas verduras, frutas, hortaliças, flores, mel de abelhas europeias que foram aclimatadas, doces e uma novidade para o inverno: edredons produzidos com penas dos gansos criados no quintal.³⁸

Já o bairro do Brás é povoado neste período principalmente por italianos, depois chegam os espanhóis. Boa parte destes imigrantes ibéricos exerciam funções autônomas, como “cigarreiros, funileiros, remendões, sorveteiros, vendedores de brinquedos, de frutas, além de compradores e revendedores de garrafas, chumbo, metal e cobre. E com isso muitos deles fizeram fortuna.”³⁹ As lavouras de café tampouco puderam absorver toda mão de obra imigrante que aportava em Santos, de modo que o comércio ambulante na capital se tornou alternativa de sobrevivência aos imigrantes, que trouxeram às ruas paulistanas produtos alimentícios diferenciados, como pizza, tremoço e massas em geral. Desse modo, esses imigrantes não só

38 LEMOS, Carlos A. C. *Alvenaria burguesa: breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café*. São Paulo: Nobel, 1989. p. 93.

39 PENTEADO, Jacob. *Belenzinho, 1910: retrato de uma época*. São Paulo: Carrenho Editorial/Narrativa Um, 2003. p. 45.

inovaram a classe de gêneros alimentícios comercializados como transformaram hábitos e culturas dos moradores da capital.⁴⁰

Até a metade do século XIX, o acesso à produção quintaleira era fácil. Muitos terrenos de mato ainda não tinham sido incorporados pela urbanização, as chácaras eram mal fechadas, com muros de taipa e ainda haviam quintais abandonados.⁴¹ O comércio da produção era feito livremente, a exemplo das vendeiras de peixes das regiões de várzea:

Até o ano de 1867, data em que foi inaugurado o Mercado da Rua 25 de Março, as vendeiras de peixe, que residiam no bairro do Pari em outros lugares próximos desta cidade, vestidas de saias curtas e cobertas com um pequeno xale ou uma baeta azul, descalças, postavam-se, para vender as cambadas de peixes e outras coisas que traziam na calçada da Igreja da Ordem Terceira do Carmo, do lado da rua do mesmo nome (...).⁴²

Já na segunda metade do século, a modernização da cidade fez aumentar a demanda de pontos estratégicos na cidade para estabelecimento de quitandas, assim como os impostos cobrados por tal prática. O memorialista Antonio Egydio Martins, mostra o percurso da venda ambulante estipulado pela modernidade urbana:

Julgando inconveniente e incômodo ao trânsito público o uso estabelecido pelas quitandeiras e carroças que vendiam quitanda de estacionarem à Rua do Palácio, hoje do Tesouro (...) e do Comércio, hoje Álvares Penteado, a Câmara Municipal, da qual era presidente Antonio da Silva Prado, deliberou, (...) que as mesmas quitandeiras de

40 CAMARGO, Isabela do Carmo. *Entre cestos e pregões: os trabalhadores ambulantes na cidade de São Paulo 1890-1910*. Dissertação de Mestrado em História Social. PUC-SP, 2013. p. 94.

41 DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 242.

42 MARTINS, Antonio Egydio. *São Paulo antigo (1554-1990)*. São Paulo: Paz e Terra, 2003. p. 120.

hortaliças fossem vender os seus gêneros na Praça do Mercado ou no Largo do Colégio (...).⁴³

Concomitantemente, avançava a prevenção burguesa contra o comércio ambulante das mulheres mestiças e negras. O movimento enfraqueceu o trabalho dessas mulheres, mas não as parou e muito menos calou. Em 1873, quatro mulheres representantes das quitandeiras forras – Paula de Jordão, Antônia Maria das Dores, Maria da Conceição e Anna Maria da Silva – encaminharam à Câmara, por intermédio de Luís Gama, uma petição reclamando da proibição de comercializarem em frente às casinhas e ao Palácio do Governo, onde sempre estiveram a vender sua mercadoria. As Posturas Municipais que minaram o comércio ambulante das mulheres negras, tiraram seu sustento oficial, já que suas possibilidades de alugar quartos ou corredores nas casas para montarem sua quitanda eram quase nulas. Em 1876 as quitandeiras imigrantes também dirigiram um documento à Câmara reclamando do impedimento do comércio ambulantes e conseguiram, assim, uma licença para exercer suas vendas em frente à Praça do Mercado. A maioria das mulheres que viviam de suas vendas na cidade comerciava excedentes caseiros, como sabão, velas, farinha e toucinho. As operações eram pouco lucrativas, sendo seus produtos muitas vezes trocados por sal, aguardente ou fumo ao invés de dinheiro. Comércio e consumo faziam-se pelas mãos destas mulheres que batiam de porta em porta. As mulheres que tinham seu próprio sítio evitavam declará-lo aos recenseadores para fugir do imposto abusivo e alegavam ser sua plantação somente para consumo próprio.⁴⁴

Os conflitos em torno da venda ambulante de produtos quintaleiros manteve-se na virada para o século XX. As pequenas carroças ou cestas em

⁴³ Ibidem. p. 296.

⁴⁴ Ibidem, p. 236.

que essa produção era comercializada, assim como os comerciantes que as conduziam, não ornavam com a imagem progressista e salubre que a elite e o poder público paulistano aspiravam consolidar. Elas iam na contramão do projeto de remodelação do Mercado da 25 de Março, proposto pelo prefeito Antonio Prado (1899-1910). A reforma acontecia tempos depois de constatada a insuficiência deste mercado por uma comissão de inspeção sanitária, no ano de 1893. Além da inconveniência sanitária e do pouco espaço destinado a abrigar os gêneros alimentícios, o Mercado localizado às margens do Tamanduateí estava também onerando o orçamento público com sua precariedade, segundo o próprio Antonio Prado. Junto com o Mercado da 25 de Março, o Mercado da São João, o Mercado do Largo Riachuelo e o Matadouro Municipal da Vila Mariana, formavam o grande centro de abastecimento de São Paulo. A intenção da municipalidade com essa rede era substituir as vendas precárias de alimentos exercidas por ambulantes nas ruas centrais da cidade, nas escadarias da Igreja da Misericórdia e da Igreja do Carmo e também na Rua das Casinhas.⁴⁵ Apesar do esforço em eliminar a informalidade do comércio alimentício, os mercados e o matadouro não eliminaram a presença de vendedores ambulantes nas ruas de São Paulo, o que muito colabora para a reflexão acerca da origem dos alimentos comercializados, afinal, os frangos carregados a tiracolo e oferecidos de porta em porta não vinham do matadouro. A pequena produção oferecida nos cestos ou nos carrinhos vinha dos quintais. Não faziam parte da rede grandiosa de abastecimento público, mas abasteceram muitas mesas paulistas até as primeiras décadas do século XX. Assim, fora do mercado, verdureiras e floristas complementavam a renda familiar com o

45 BRESCIANI, Maria Stella. Sanitarismo e preocupações estéticas: o Mercado Central de São Paulo. In: *Seminario Internacional do Programa Internacional de Investigaciones sobre el Campo urbano y las Condiciones Historicas de Emergencia de las Competências Urbanísticas*, 1996. Seminario Internacional. Vaquerias – Argentina. v. 2. p. 10 e 11.

excedente de seus quintais, tornando a rua uma vitrine móvel de frutas, flores, hortaliças e legumes.

Antiquadas perante o progresso dos mercados na capital, as variações de carroças eram indispensáveis para o transporte de gêneros naturais e alimentícios na cidade. Carroças, carrinhos, bicicletas e triciclos eram instrumento da venda dos produtos cultivados nos quintais e comercializados pelos vendedores ambulantes nas ruas da capital, transportando gêneros de primeira necessidade como leite, pães, hortaliças, lenha e carne.⁴⁶ A informalidade desta categoria comercial, assim como a humildade e a sujeira estampados nos rostos e nas roupas de seus praticantes, apesar de indesejáveis, eram, assim como o rural, parte do cenário paulistano em sua região central e em torno de seus mercados. Em 1872, o governo tenta se desfazer deste incômodo com a Lei Provincial nº4, que no 15º Artigo determina que “os quitandeiros e mais pessoas que vendem frutas, hortaliças ou legumes não o poderão fazer sentados ou parados nas ruas e praças da cidade, devendo para isso dirigir-se às praças de mercado, sob pena de 5\$000 de multa e dois dias de prisão”. No que diz respeito à higiene pública, os mercados podem funcionar como instrumento do poder público para fiscalizar melhor os comerciantes de gêneros alimentícios e suas mercadorias.⁴⁷ Facilita-se também o controle sobre a salubridade e sobre a cobrança de impostos exercida sobre os expositores. Neste contexto de tensão, entende-se que, à revelia da coexistência entre rural e urbano em São Paulo, a ideia de controle vem com o urbano. Trazendo estes dois aspectos para a formação social da cidade, seria como se o rural representasse o

46 CAMARGO, Isabela do Carmo. *Entre cestos e pregões: os trabalhadores ambulantes na cidade de São Paulo 1890-1910*. Dissertação de Mestrado em História Social. PUC-SP, 2013. p. 25.

47 Ainda assim, Isabella Camargo elucidou sobre o próprio interesse do poder público em manter os vendedores ambulantes nas áreas mais afastadas do Mercado, de modo a resolver sem ônus para os cofres públicos a necessidade de abastecimento da população ali residente. De acordo com a autora, esta dinâmica colaboraria para a relativa frouxidão que permeava a aplicação de leis restritivas ao comércio informal nas ruas de São Paulo.

selvagem e o urbano o civilizado, este imbuído da tarefa de domesticação de toda esfera primitiva e perigosa ligada ao rural.

Apesar dos limites e taxações criados, o mercado informal e ambulante perdurou por muito tempo nas praças e também nas portas das casas de classe média cujas famílias ainda foram alimentadas por muito tempo com a produção dos quintais populares. Ainda sobre a permanência da prática ambulante de gêneros alimentícios, Jorge Americano relata alguns exemplos de vendedores que batiam à sua porta em meados de 1900:

“Às 6 horas da manhã bateu à porta seu José leiteiro. Trazia às costas a lata de leite (...). Vinham também duas vacas e dois bezerros. (...) Seu José fez o bezerro chupar a teta da vaca e se pôs a mondá-lo, jorrando o leite no copo graduado”.⁴⁸

Além do leiteiro, passava também o menino das cabras, eram “seis cabras amarradas umas às outras pelo pescoço repuxando-se em todas as direções, uma com campainha pendurada (...)”. Depois era a vez da carrocinha de verduras conduzida através de dois varais pelo verdureiro, com “alface, couve, cenoura, abobrinha, cheiro (salsa e cebolinha), tudo por dez tostões”. O fruteiro era desprovido de transporte, carregava sua produção no braço em duas cestas, que continham banana-maçã, banana-ouro, banana-italiana ou nanica, laranjas, maçãs e uvas. Seu Domingos era outro vendedor que batia às portas oferecendo o fruto de sua produção de aves: a dúzia de ovos e um frango inteiro custavam dez tostões cada e a galinha dois mil réis.

A pequena produção vinda dos quintais é versátil não só porque o produtor pode transformar seu alimento em mercadoria quando lhe for necessário, mas também porque, quando o é, a pequena quantidade que carrega de forma sazonal viabiliza a não taxaço sobre o produto

48 AMERICANO, Jorge. *São Paulo nesse tempo (1915-1935)*. São Paulo: Melhoramentos, 1962. p. 103.

comercializado. O viajante Saint-Hilaire ao descrever a várzea do Carmo como ponto de encontro entre lavadeiras e vendedeiras, aponta que ali, as mulheres roceiras levavam seu excedente para venda e recusavam-se a pagar o fisco, alegando portarem gêneros de subsistência.⁴⁹

Até o final do século XIX, a economia paulistana ainda não se caracterizava completamente como urbana. Sobre tudo nos lares mais pobres, a natureza proveniente dos quintais fez-se presente e necessária para muitas famílias. Para driblar a fome, alimentos encorpados com gordura, como feijão e farinha ganharam os pratos populares, sempre com pouco sal. De acordo com Maria Odila Dias, a salvação da miséria foi o acesso fácil a produtos naturais propiciado pela urbanização entremeada de terrenos com hortas de quintal, que forneciam couve, chicória, serralha, taioba, caruru, mamão, limona, cheiro verde, coentro, alho, melancia, erva-cidreira, erva-doce, sabugueiro, entre outros temperos, frutas e hortaliças.⁵⁰ Assim, o quintal torna-se viabilizador do sustento paulistano ao permitir, ainda que em pequenos espaços privados, o desabrochar da natureza em meio ao crescimento urbano.

Considerações finais

A cidade, longe de possuir uma única imagem descrevendo sua paisagem urbana, apresenta-se multifacetada pelas diversas formas de sobrevivência e sociabilidade, muito diferentes daquelas exercidas pela classe dominante.⁵¹ Esta por sua vez, tentava – em vão – atribuir à cidade uma

49 DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 25.

50 Idem. p. 217.

51 WISSENBAACH, Maria Cristina Cortez. Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil*. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 117.

imagem simplista, superficial, descaracterizadora dos processos urbanos, uma imagem que, através da superação da massa pobre e predominante, atribuiria à cidade o título de civilizada. Perceber a cidade como um processo de transformação que ultrapassa elementos materiais, permite-nos enxergar o rural no conjunto de novas dinâmicas urbanas que constituem a São Paulo moderna do final do século XIX. Apesar de ser abordado como uma permanência e ser muitas vezes refutado - como mostraram fontes oficiais e memorialistas -, o rural e os aspectos naturais que ele engloba encaixam-se na cidade moderna sustentando-a e influenciando seus debates políticos, sobretudo quando se trata dos sujeitos que a modernidade não prevê no cenário citadino. A ação de ambulantes, lavadeiras, marceneiros no quintal e nas ruas, captando água, vendendo seus produtos e serviços, presumem o gerenciamento do espaço público e doméstico no sentido de manter a estética e salubridade da capital paulista de forma positiva. O que os debates postos na documentação deixam entrever é que, mais do que uma questão técnica especializada, a construção da cidade é uma questão política, mesmo quando se trata dos ordenamentos que preveem conhecimentos específicos. São dimensões plurais que, de acordo com Cerasoli, não podem ser separados do ambiente urbano numa análise histórica.⁵²

Na cidade que progride no caminho da urbanização, a atividade econômica das classes mais baixas ainda está intimamente ligada ao rural e produzida no quintal. Segundo Cláudia Martinez, o campo da habitação interage diretamente com o campo do trabalho, daí a construção de espaços no quintal para a criação de animais e plantação de ervas e alimentos ou mesmo de varais, tanques e pequenas oficinas que proporcionem aos moradores elementos imprescindíveis para o sustento e

52 CERASOLI, Josianne F. Seres Urbanos: salubridade e política em São Paulo. In. JORGE, Janes (org). *Cidades Paulistas: estudos de história ambiental urbana*. São Paulo: Alameda, 2015. p. 143.

sobrevivência de suas famílias.⁵³ Nesse sentido, não podemos tomar a casa apenas como o local de estabelecimento físico do indivíduo, ela não é apenas lugar de repouso. A casa é local de trabalho, de produção, de armazenamento de alimentos, roupas, instrumentos de trabalho e conforto necessários ao cotidiano.

A ideia de lar mescla o urbano e o rural em sua materialidade, busca a sobrevivência econômica num meio caracterizadamente urbano, mas através de instrumentos rurais. Assim, o cotidiano social da classe pobre paulistana é de uma luta diária para manter-se numa cidade em que são marginalizados e indesejados pelo progresso urbano, que eles sustentam e constroem com seu labor na margem dos rios, suas cestas de verdura, de ovos, seus grupos de cabras trotando e balindo nas ruas cidade. De dentro para fora, do quintal para as ruas, a classe trabalhadora exhibe a ruralidade que faz de São Paulo uma metrópole múltipla em seus moradores, em suas atividades econômicas e em sua paisagem e utilidade urbana e rural.

REFERÊNCIAS

- AMERICANO, Jorge. *São Paulo nesse tempo (1915-1935)*. São Paulo: Melhoramentos, 1962.
- BEGUIN, François. "As maquinarias inglesas do conforto." In: *Espaço & Debate*, nº 34, 1991.
- BACKHEUSER, Everardo. *Habitações Populares*. Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. J. J. Seabra, Ministro da Justiça e Negócios Interiores. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1906.
- BRESCIANI, Maria Stella. Sanitarismo e preocupações estéticas: o Mercado Central de São Paulo. In: *Seminário Internacional do Programa Internacional de Investigaciones sobre el Campo urbano y las Condiciones Historicas de Emergencia de las Competências Urbanísticas*, 1996. Seminário Internacional. Vaquerias – Argentina. v. 2.
- BRESCIANI, Maria Stella. Imagens de São Paulo: estética e cidadania. In: FERREIRA, Antonio Celso; LUCA, Tania Regina de; IOKOI, Zilda (orgs.). *Encontros com a História. Percursos históricos e historiografia de São Paulo*. São Paulo: Unesp, 1999, p. 11-45.
- BRUNO, Ernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. Vol. II – Burgo de Estudantes (1828-1872). Hucitec: São Paulo, 1984.

53 MARTINEZ, Cláudia Eliane P. Marques. A natureza dentro de casa. In: MARTINEZ, Paulo Henrique (org.). *História ambiental paulista: temas, fontes, métodos*. São Paulo: SENAC, 2007. p. 57.

- CAMARGO, Isabela do Carmo. *Entre cestos e pregões: os trabalhadores ambulantes na cidade de São Paulo 1890-1910*. Dissertação de Mestrado em História Social. PUC-SP, 2013.
- CAMPOS, Cristina de. A cidade salubre e bela: propostas e planos de saneamento para a capital paulista no século XIX. In: JORGE, Janes (org). *Cidades Paulistas: estudos de história ambiental urbana*. São Paulo: Alameda, 2015.
- CERASOLI, Josianne F. Seres Urbanos: salubridade e política em São Paulo. In. JORGE, Janes (org). *Cidades Paulistas: estudos de história ambiental urbana*. São Paulo: Alameda, 2015.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. São Paulo: Global, 2013.
- GENNARI, Luciana Alem. O lugar da casa na Belle Époque carioca. In. LIRA, Tavares Correia de, NASCIMENTO, Flávia Brito do, RUBINO, Silvana Barbosa, SILVA, Joana Mello de Carvalho e (org.). *Domesticidade, Gênero e Cultura Material*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.
- JORGE, Janes. À procura de um reencontro: o Tietê e os moradores de São Paulo. In. MARTINEZ, Paulo Henrique (org.). *História ambiental paulista: temas, fontes, métodos*. São Paulo: SENAC, 2007.
- LEMOES, Carlos. *Cozinhas, etc.* São Paulo: Perspectiva, 1978.
- LEMOES, Carlos. *Alvenaria burguesa: breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café*. São Paulo: Nobel, 1989.
- MARTINEZ, Cláudia Eliane P. Marques. A natureza dentro de casa. In. MARTINEZ, Paulo Henrique (org.). *História ambiental paulista: temas, fontes, métodos*. São Paulo: SENAC, 2007.
- MARTINS, Antonio Egydio. *São Paulo antigo (1554-1990)*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira. Entre a casa e o armazém. Relações sociais e experiência da urbanização – São Paulo, (1850-1900). São Paulo: Alameda, 2005.
- PRESTES, Maria Elice Brzezinski. O século dos jardins. In. MARTINEZ, Paulo Henrique (org.). *História ambiental paulista: temas, fontes, métodos*. São Paulo: SENAC, 2007.
- PORTO, Antônio Rodrigues. *História urbanística da cidade de São Paulo (1554-1988)*. São Paulo: Carthago & Forte, 1992.
- REIS FILHO, Nestor Goulart Reis. *Quadro da arquitetura no Brasil*. Perspectiva: São Paulo, 2000.
- RODRIGUES, Jaime. *Alimentação, vida material e privacidade – Uma história social de trabalhadores em São Paulo nas décadas de 1920 à 1960*. São Paulo: Alameda, 2011.
- SHMIDT, Afonso. *São Paulo de meus amores*. São Paulo: Clube do Livro São Paulo, 1954.
- SOARES, Carmen Lúcia. Três notas sobre natureza, educação do corpo e ordem urbana (1900-1940). In: SOARES, Carmen Lúcia (org). *Uma educação pela natureza: a vida ao ar livre, o corpo e a ordem urbana*. Campinas: Autores Associados, 2016.
- TORRÃO FILHO, Amílcar. A cidade como redenção: natureza e cultura nos Campos de Piratininga. In. MARTINEZ, Paulo Henrique (org.). *História ambiental paulista: temas, fontes, métodos*. São Paulo: SENAC, 2007.
- TOURINHO, Helena Lucia Zagury; SILVA, Maria Goreti Costa Arapiraca da. Quintais urbanos: funções e papéis na casa brasileira e amazônica. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*. Vol. 11, n. 3, p. 633-651, set-dez. 2016.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil*. Vol. 3 São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Artigo recebido em 07/01/2021 e aprovado em 15/02/2021.